

# Abertura do Processo de Beatificação da Serva de Deus Imperatriz Zita

## Um nobre exemplo de Esposa e Mãe de Família



FÓRUM MADEIRENSE

Duarte Mendonça

Alguns meses após a obtenção do *Nihil obstat* em Roma, na manhã do pretérito dia 10 de Dezembro de 2009 foi aberto oficialmente o Processo de Beatificação da Serva de Deus Imperatriz Zita (1892-1989) – promovido por uma entidade criada para o efeito, a Association pour la béatification de L'Impératrice Zita – no Paço Episcopal da Diocese de Le Mans, em França. Na cerimónia solene marcaram presença o Bispo Yves Le Saux, o Postulador, Pe. Cyrille Debris, uma delegação desta associação, o Arquiduque Rodolfo, em representação da família imperial, entre muitos outros elementos relacionados com este novo Processo.

Devido às ligações da Imperatriz Zita à Madeira, a terra de exílio que foi imposta à sua família em 1921, e onde viria a falecer, no ano seguinte, o seu bem-aventurado esposo, o Beato Carlos d'Áustria, traçaremos umas breves notas sobre esta nobre e excelsa figura de mulher, cujo percurso de vida se constitui como um exemplo de fé inquebrantável. Na nossa ilha deixou o seu coração, como afirmou à imprensa regional em 1922, pouco antes de partir, mas no auge da sua dor pôde contar ainda com o apoio espiritual da Madre Virgínia Brites da Paixão, através da qual recebeu várias mensagens divinas, que a reconfortaram e foram um bálsamo para toda a vida.

Filha de Roberto, o último duque de Parma, e da infanta Maria Antónia de Portugal, da dinastia de Bragança, e ainda neta de D. Miguel I, Zita Bourbon-Parma nasceu na Toscana, em Itália, a 9 de Maio de 1892. Em 1911, aos 19 anos de idade, desposou Carlos d'Áustria, sobrinho do imperador Francisco José. Com a morte deste último, em 1916, aos 29 anos de idade o jovem arquiduque tornou-se oficialmente no Imperador Carlos 1.º de Áustria e Rei Carlos IV da Hungria. Nos dois anos de reinado, a Imperatriz Zita manteve-se sempre ao lado do seu marido, apoiando todas as suas iniciativas de paz. Unidos por um forte amor e pela mesma fé cristã, o casal teve oito filhos. Após a segunda tentativa de retomar o trono na Hungria, o casal soberano foi enviado para o exílio na Madeira, em 1921, mas desprovido de meios de sustento. Após terem residido por uns tempos na Vila Vitória, no Funchal, esgotados os seus parcos recursos financeiros, o banqueiro Rocha Machado emprestou-lhes a sua residência estival no Monte onde, em Março do ano seguinte, Carlos d'Áustria foi acometido duma grave pneumonia, tendo falecido a 1 de Abril, e deixando a sua esposa viúva, com sete filhos nos braços e outro no ventre. O funeral do imperador atraiu milhares de pessoas ao Monte, condoidas pela tragédia que se abatera sobre a família imperial, e partilhando respeitosa e do luto e pranto da esposa e mãe de família.

Cerca de um mês e meio depois, Zita d'Áustria saiu da Madeira, e deu continuidade ao seu longo exílio vivendo em diversos países: Espanha, Bélgica, Quebec, Estados Unidos, e só perto do fim da sua vida, em 1982, lhe foi permitido regressar a Áustria. Faleceu com 97 anos incompletos, na Suíça, a 14 de Março de 1989. A Imperatriz apenas regressaria à Madeira duas vezes: a primeira em Abril de 1967, e a segunda em Janeiro do ano seguinte, de modo a assistir à inauguração da nova

capela lateral da igreja do Monte, para onde foram trasladados definitivamente os restos mortais do Imperador Carlos d'Áustria.

Seguidamente abordaremos a (desconhecida) ligação entre a Imperatriz Zita e a Madre Virgínia, a Clarissa mística madeirense. Quando a doença do Imperador Carlos se agudizava, a esposa do dono da Quinta Rocha Machado enviou um bilhete à Madre Virgínia – a humilde Clarissa abençoada por insondáveis dons místicos que



Foto da Família Imperial Austríaca dedicada à Confraria do Imaculado Coração de Maria da igreja de São Pedro, no Funchal

então vivia no Lombo dos Aguires, exilada do seu amado mosteiro das Mercês – pedindo-lhe que rogasse a Nossa Senhora pela saúde do seu hóspede. Na resposta, a Virgem Maria afirmou que era vontade de Deus que Carlos d'Áustria falecesse de causa natural, de modo a impedir que fosse assassinado por alguém que já se encontrava no Funchal indigitado para cometer tal ignóbil crime. Em mensagem posterior Nossa Senhora pediu que fosse transmitido à Imperatriz Zita o seu ardente desejo de que ela e toda a família imperial se consagrassem ao seu Imaculado Coração. Esta cerimónia decorreu na igreja de São Pedro, no Funchal, a 13 de Maio de 1922, e para fazer memória deste acto solene, a Imperatriz Zita fez questão de oferecer à Confraria do Imaculado Coração de Maria daquele templo uma foto emoldurada da sua família, acompanhada de uma dedicatória especial.

Foi ainda através da Madre Virgínia, que a Imperatriz recebeu uma mensagem de Carlos d'Áustria, na igreja do Monte, alguns dias após a sua morte, no decorrer de uma eucaristia, pedindo-lhe que não se voltasse a casar e que cuidasse apenas dos seus filhos. E de facto, ela levou até ao fim a sua santa viuvez. Por último e não menos importante, após o falecimento do Imperador, Nossa Senhora fez saber à Imperatriz Zita, através da Madre Virgínia, que lhe destinava uma missão muito especial: que ela fosse, através da Europa, uma voz imperial que divulgasse a nova devoção ao Imaculado Coração de Maria – que havia sido transmitida originalmente à Clarissa mística madeirense em 1913 – e que encetasse contactos com o Santo Padre, de modo a que este oficializasse este novo culto e ordenasse a sua realização em todo o mundo.

De modo a divulgar este Processo de Beatificação, a associação que o promove criou um site na Internet – [www.beatification-imperatrice-zita.org](http://www.beatification-imperatrice-zita.org) – onde está patente um vasto leque de informações biográficas desta Serva de Deus e o seu Processo de Beatificação em curso, fotos, vídeos e ainda textos sobre as suas excelsas virtudes cristãs e sã espiritualidade. Neste momento o site está apenas disponível em francês, mas existem projectos para o disponibilizar futuramente em diversas línguas, entre elas a portuguesa, sinónimo da abrangência universal da sua vida e obra.

# As preocupações de um Ministro

■ A. F. Mota Oliveira

De tempos a tempos o Ministro das Finanças de Portugal comenta o regime financeiro que vigora nas Regiões Autónomas num tom jocoso, que mais parece ser uma piada de má gosto. Ninguém desconhece que os Ministros das Finanças são provavelmente os membros do governo que dispõem de menor sensibilidade política, daí o arrojo com que produzem certos comentários que, diga-se, têm muito a ver com a sua formação e, com a acção política que desenvolvem, que está, basicamente, centrada no controlo das contas públicas.

Como alguns sabem, está em cima da mesa a discussão política da revisão da lei das finanças regionais, por iniciativa da Assembleia Legislativa da Madeira, dado que a Região Autónoma da Madeira se sente prejudicada com a actual lei. O governo da República opõe-se à revisão da lei, enquanto a oposição parece disposta a aprová-la.

Esta situação está a gerar um evidente mal-estar político, ao ponto do Ministro das Finanças vir dizer, que as Regiões Autónomas aplicam uma taxa de IVA de quinze por cento, mas arrecadam-no à taxa de vinte por cento.

Dizer uma coisa destas de ânimo tão leve, só revela que o Ministro das Finanças não conhece as razões porque isto acontece ou, então, não concorda com elas, o que é bem pior.

O Ministro esquece o essencial e, o essencial neste caso, é o estabelecimento de regras políticas, para que o custo de vida em todo o território seja o mais uniforme possível. Para o conseguir, as Regiões Autónomas precisam dispor de um regime especial, que neutralize da melhor forma possível, os custos da insularidade. Discutir estes custos não parece ser necessário, precisamente porque se tornaram por demais evidentes, excepto para o Ministro das Finanças, que teima em não os saber distinguir.

O Ministro das Finanças esquece-se que as Regiões Autónomas não são absolutamente autónomas, pois se assim fossem, não me custaria nada, dar razão aos comentários que faz, a propósito das relações financeiras existentes.

Não são totalmente autónomas, mas podem, perfeitamente vir a sê-lo. Não é matéria da competência do Ministro das Finanças, pois depende única e exclusivamente da vontade dos Povos dos Açores e da Madeira.

Quando o Povo dos Açores considerar que a sua ligação paternal chegou ao fim, pela razão mais circunstancial possível, então está aberta a porta para outra solução política.

Quem pensa que o Povo dos Açores teme assumir a direcção do seu próprio destino, está muito enganado, e mais enganados estão, todos aqueles, que pretendem, lunaticamente, cercar a autonomia.

De um modo geral, os Ministros das Finanças acham que as Regiões Autónomas são um sorvedouro de dinheiros públicos, unicamente porque são autónomas, o que faz com que, o Ministro das Finanças não possa exercer qualquer espécie de tutela sobre elas. Este é que é o aspecto mais crítico da questão, ao ponto do ex-Ministro das Finanças, dr. Sousa Franco ter dito “que quem paga manda”. É neste ponto que coincide o mal-estar do Ministro.

Se alguém pensa, que é conveniente prescindir da soberania sobre os Açores, então só está a faltar, dar o passo em frente. O Povo dos Açores não receia minimamente, que isto aconteça, há, inclusivamente, muitas pessoas que o desejam, porque sabem que nos Açores é possível construir um amanhã melhor. Alternativas existem e permitem acalantar um maior desenvolvimento e crescimento económico, pois, para isso, existem condições e recursos.

Aquilo, que a Região Autónoma dos Açores recebe é inquestionavelmente menor do que aquilo que dá. Fá-lo sob diversas formas, que não cabem aqui explicitar.

As Regiões são Autónomas, que isto fique bem claro, pois jamais admitirão qualquer retrocesso político. O Povo dos Açores só quer olhar em frente, pois sabe que o seu futuro colectivo depende da sua vontade de afirmação no mundo.

A vontade de um Povo não pode ficar prisioneira de arranjos políticos de ocasião, pois sobrepõe-se a tudo e a todos. Quem tem vontade própria acaba sempre por triunfar, por isso não vale a pena ter em alta consideração, as preocupações do Ministro.

P. Delgada, 2010-01-29